



## ARTIGO ARTICLE

## A necrotecnologia como uma dimensão da necropolítica: Entre Fanon e Mbembe

### *La necrotecnología como dimensión de la necropolítica: Entre Fanon y Mbembe*

### *Necrotechnology as a Dimension of Necropolitics: Between Fanon and Mbembe*

■ Jeferson da Costa Vaz

e-mail: jeferson.2004\_@outlook.com

**Palavras-chave:** necrotecnologia; necropolítica; Frantz Fanon; Achille Mbembe

**Palabras-clave:** necrotecnología; necropolítica; Frantz Fanon; Achille Mbembe

**Keywords:** necrotechnology, necropolitics, Frantz Fanon, Achille Mbembe

#### Resumo

Este artigo se propõe a investigar como é possível compreender a relação entre o que Frantz Fanon (1925–1961) constatou acerca dos esforços colonizadores para matar autóctones da Argélia e o conceito de necropolítica de Achille Mbembe. Nossa hipótese é que, no artigo “Aqui a voz da Argélia...” (1959), Fanon indicou meios de se pensar uma necrotecnologia, que seria, segundo acreditamos, uma dimensão da necropolítica. Dividimos o artigo em três partes. Na primeira, apresentamos nossa compreensão de tecnologia para contextualizar o uso que aqui fazemos. Na segunda, o objetivo é compreender a forma como Fanon constatou o uso da tecnologia que a metrópole francesa fazia, isto é, promover a morte do povo argelino, sobretudo em sentido cultural e simbólico. Por fim, na terceira parte propomos uma análise do conceito de necropolítica e a relação dele com a tecnologia.

#### Abstract

This article aims to investigate how it is possible to understand the relationship between what Frantz Fanon (1925–1961) found about colonizing efforts to kill Algerian natives and Achille Mbembe’s concept of necropolitics. Our hypothesis is that, in the article “Aqui a voz da Argélia...” (1959), Fanon indicated ways of thinking about necrotechnology, which, we believe, would be a dimension of necropolitics. We divided the article into three parts. In the first, we present our understanding of technology to contextualize about the use we make here. In the second, the objective is to understand how Fanon found the use of technology that the French metropolis made, promoting the death of the Algerian people, especially in a cultural and symbolic sense. Finally, in the third part we propose an analysis of the concept of necropolitics and its relationship with technology.

## Introdução

Dispositivos de reconhecimento facial programados para reconhecer corpos negros como suspeitos (MAGNO e BEZERRA, 2020). Policiais que maciçamente matam e desrespeitam, por meio da linguagem, pessoas negras no Brasil, seguindo aquilo que Luís Thiago Freire Dantas (2011, p. 284) compreendeu como um “padrão de pensamento que, ao fim, tende a exibir uma linguagem aos moradores de regiões periféricas como sendo um local de ‘mortos em vida’”. Instituições de ensino programadas que não reconhecem o valor de saberes ancestrais africanos que expressam um dos “múltiplos processos de aniquilamento da capacidade cognitiva e da confiança intelectual” (CARNEIRO, 2011, p. 92), promovendo um epistemocídio.

O que essas coisas têm em comum? Em nosso ponto de vista, elas matam. Quando não assassinam e levam as pessoas negras a óbito, matam ao não identificar essas pessoas como seres humanos, mas sim como objetos facilmente reconhecíveis por se situarem no escopo de uma narrativa fabulosa que se fez da África, em geral, e das pessoas negras, em particular (MBEMBE, 2018a). São tecnologias que matam, artifícios criados para seguirem uma lógica promotora da morte de corpos negros, seja ela em potência ou em sentido estrito.

Este texto tem o objetivo de investigar como podemos compreender a denúncia de Frantz Fanon, em seu artigo “Aqui a voz da Argélia...” (2021[1959]), de um governo colonial que usa a tecnologia para promover a morte de autóctones, relacionada com o conceito de necropolítica de Achille Mbembe. Partimos do pressuposto de que essa prática que Fanon denuncia pode ser compreendida como uma *necrotecnologia*. Propomos esse conceito para indicar a operação tecnológica com intenção genocida sustentada em princípios eugenistas. No caso de Fanon, no artigo mencionado, essa operação estava intimamente relacionada a veículos de informação que difundiam notícias falsas, algo que acreditamos dialogar com o que se passa no Brasil atualmente. Nossa hipótese é que, constatando a gestão metropolitana, a qual nos referimos por meio do conceito de necrotecnologia, Fanon forneceu elementos que vão ao encontro do que Mbembe pensou como necropolítica, sendo uma dimensão desta.

Para cumprir com intento desta investigação, propomos um itinerário dividido em três partes. Na primeira, indicamos como compreendemos a tecnologia e sob quais pressupostos, na intenção de situar o conceito no presente debate. Na segunda, a intenção é compreender como Fanon constatou esse uso colonizador da tecnologia visando à morte do povo autóctone, no contexto da colonização da Argélia. Por fim, na terceira parte, analisamos como Mbembe concebe o conceito de necropolítica e como podemos reconhecer a necrotecnologia inserida no escopo crítico desse conceito. Ao fim, não em uma parte específica, mas em uma proposta de conclusão, pretendemos identificar pontos em comum entre ambas as propostas para avaliar a possibilidade de pensarmos o diagnóstico de Fanon como preparatório ao conceito de Mbembe.

---

<sup>1</sup>O texto foi originalmente publicado como um capítulo do livro *Sociologie d'une Révolution (L'An V de la Révolution Algérienne)* e traduzido para o dossiê *Filosofia Africana e Pensamento Decolonial*, publicado em 2021 na *Revista de Filosofia: Aurora* do Programa de Pós-Graduação em Filosofia (PPGF) da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR).

## Como entendemos a tecnologia?

Entendemos por tecnologia a atividade de produção de artifícios realizada mediante um pensamento, um estudo. Tais artifícios não se tratam necessariamente de utensílios materiais, pois acreditamos que no próprio esquema lógico que faz urgir certo aparato, há tecnologia. Etimologicamente podemos verificar que *téchne* é uma palavra que busca indicar a ação intencionada a produzir artefatos, sejam eles materiais ou intelectuais<sup>2</sup>. Juntando com *logos*, temos, então, que tal produção é realizada por meio de uma atividade de pensamento, de raciocínio. Nesse sentido, a tecnologia se trata mais da ação sem a qual determinada coisa é confeccionada do que da coisa propriamente dita. Tal coisa seria um aparato tecnológico, fruto de um pensar intencionado a produzi-lo.

É possível que a forma em que *téchne* foi vertida para o latim nos auxilie a compreender esse sentido geral da palavra. No contexto do latim, *téchne* foi compreendida como *Ars*, palavra que dá origem à palavra arte<sup>3</sup>. Da junção das palavras *Ars* e *logos* temos como resultado uma arte raciocinada, ou arte pensada, uma ação artificiosa. A ação é pressuposta pela via de que o oposto de *Ars* é *inars*, ou seja, inércia. Nesse sentido, a ação, a produção de movimento, é *téchne*, pois vai na contramão da inércia.

Feita essa retomada do sentido originário dessas palavras, convém explicar de que maneira entendemos a palavra tecnologia acrescida, sob inspiração de Mbembe, do termo “necro”. “Necro” indica a morte ou um corpo morto. Com o conceito de necrotecnologia, nos referimos, assim, à ação artificiosa pensada para a promoção da morte, a uma tecnologia feita para produzir o seu oposto, para promover a inércia.

Compreendemos que, embora Fanon nunca tenha utilizado tal palavra, esse conceito se encontra implicitamente em sua obra, uma vez que ele constatou um uso da tecnologia para a promoção da morte. Esse uso se deu por parte da metrópole francesa no contexto da Argélia. No artigo “Aqui a voz da Argélia...”, o psiquiatra da Martinica, que naquele contexto atuava como médico em auxílio dos combatentes (FAUSTINO, 2018), nos apresentou, tal como um cronista, a maneira como os aparatos técnicos e tecnológicos franceses que foram inseridos no contexto da Argélia obedeciam a uma lógica (*logos*) para a produção (*téchne*, *Ars*) ou criação de condições que promoviam a morte (*necro*) do povo autóctone. Em nosso ponto de vista, isso aparece como um complemento, em certa medida, à interpretação de Mbembe de necropolítica, ou seja, como algo que caminha junto dessa forma de manifestação da soberania. No caso da necrotecnologia, o poder soberano atuou na produção do discurso falso criado com a finalidade de colonização, que obsta às pessoas colonizadas o reconhecimento delas mesmas como seres humanos. Vejamos como isso se deu no contexto da Argélia.

---

<sup>2</sup> Em seu dicionário etimológico, Nascentes (1955, p. 488) fornece como definição de *tecnologia*, um “tratado sobre as artes”.

<sup>3</sup> Sobre isso, ver verbete “Técnica” no *Dicionário de filosofia* (ABBAGNANO, 2007, pp. 939-941).

### Fanon e a tecnologia: o rádio no contexto da Argélia Combatente

Em uma primeira leitura, poderíamos pensar que Fanon, em seu texto “Aqui a voz da Argélia...”, pensou a tecnologia tal como geralmente se compreende, confundindo-a meramente com os aparatos tecnológicos, frutos de uma ação pensada para configurar determinadas coisas. É com certa razão que poderíamos inferir isso, pois ele é explícito ao dizer, nas primeiras linhas: “Neste capítulo, nos propomo-nos a estudar as novas atitudes adotadas pelo povo argelino, no curso da luta de Libertação, em relação a um instrumento técnico preciso: o aparelho de rádio.” (FANON, 2021, p. 678). Porém, algo que não podemos perder de vista é que, nesse texto, Fanon narrou a vitória do *telefone árabe*, ou seja, um procedimento arranjado pelo povo que estava sendo oprimido naquele contexto para conter os efeitos danosos de falsas notícias disseminadas por veículos franceses de informação. Sobre esse procedimento, Fanon (2021, p. 687) contextualizou: “Nos países do Maghreb, os europeus chamam *telefone árabe* a rapidez relativa com a qual, de boca em boca, as novidades são difundidas na sociedade autóctone.”. Tratava-se, assim, de uma forma tradicional de difusão de informações, popular entre o povo argelino.

É importante observar que Fanon não narrou uma mera compreensão de como utilizar um “instrumento técnico” (FANON, 2021, p. 687), mas “as novas atitudes adotadas pelo povo argelino” (FANON, 2021, p. 687) em relação ao aparato. Assim, a atitude não se resumia a uma mera assimilação cultural seguida de uma resposta aos ataques dos colonizadores. Não se tratava de uma ação espelhada que imitava as iniciativas invasoras, mas da apropriação desse recurso somada à sua adaptação com impulsos criativos que se encontravam tradicionalmente interiorizados em cada argelino/a. É nesse sentido que falamos de uma vitória do telefone árabe, pois foi este o desfecho da chamada “guerra das ondas”, sobre a qual falaremos adiante. Contudo, antes de revelar como se deu essa vitória, convém uma contextualização para pensarmos como aquele povo esteve sob a égide de um regime necrotecnológico e como o resgate de seu potencial tecnológico foi feito com a finalidade libertária, em defesa da vida.

Em seu texto, Fanon narrou como as estações de rádio foram introduzidas no contexto da Argélia, ressaltando como as famílias autóctones resistiram a essa novidade, pois ela difundia mensagens que estavam na contramão dos costumes locais. Depois de 1945, o movimento revolucionário reconheceu que, por meio desse aparelho, se difundiam inúmeras informações falsas acerca dos povos originários e da terra invadida. Tais informações transmitiam mensagens com esse teor tanto para narrar um artificial mito de origem<sup>4</sup>,

---

<sup>4</sup>É no desenvolvimento desse mesmo texto que Fanon narrou como o rádio foi utilizado para a “evocação das grandes datas da conquista da Argélia” (FANON, 2021, p. 682). Naquele contexto, ele mencionou os eventos prontificados a exaltar figuras colonizadoras, responsáveis pelo assassinato de muitas pessoas argelinas. Disse Fanon: “Há também as manifestações comemorativas nas quais os antigos combatentes “muçulmanos” são convidados a depositar uma grinalda (gerbe) ao pé da estátua do general Bugeaud ou do sargento Blandan, os heróis da conquista e assassinos de milhões de patriotas argelinos” (FANON, 2021, p. 682). Com isso, vemos o aparelho tecnológico sendo usado para reforçar um mito de origem mentiroso.

expressando que aquele país tinha vários heróis franceses, como para criar ardilosamente a imagem pejorativa dos povos que já habitavam a Argélia, propondo que eles representavam um atraso para o progresso daquela nação.

Ao descrever o sentido da rádio para os colonizadores, Fanon teceu comentários dizendo que ela “[é] um dos meios de escapar à pressão inerte, passiva e esterilizante, do “indígena” circundante. É, segundo a expressão costumeira do colonizador, ‘o único meio de ainda se sentir um homem civilizado’” (FANON, 2021, p. 680). Além disso, acrescentou que “[e]ntre os agricultores europeus, a rádio é, em geral, vivida como laço com o mundo civilizado, como instrumento de eficácia de resistência à influência corrosiva de uma sociedade indígena imóvel, sem perspectiva, atrasada e sem valor” (FANON, 2021, p. 681). Há nisso uma expressão tecnológica que antecede a utilização do aparato tecnológico em si, pois podemos identificar nisso uma estratégia para a criação daquilo que Mbembe chama de “inimigo ficcional” (MBEMBE, 2018b, p. 17). Essa tecnologia que precede o aparato se pronuncia por se tratar de uma ação (*Ars*) que artificialmente pensa na produção de um discurso que legitima e chancela a prática de negação e aniquilamento dos saberes tecnológicos do povo que é rotulado como inimigo. Sendo uma ação pensada para produzir esse aniquilamento, é, por conseguinte, uma necrotecnologia. Trata-se de um raciocínio que leva às consequências práticas e políticas o tão reconhecido complexo cartesiano de separar as coisas para depois não mais juntá-las<sup>5</sup>. Ou, como sugeriu Fanon, políticas que são “[r]egidas por uma lógica puramente aristotélica, obedecem ao princípio da exclusão recíproca: não há conciliação possível, um dos termos é demais” (FANON, 1961, p. 34), pois, “[a] zona habitada pelos colonizados não é complementar da zona habitada pelos colonos” (FANON, 1961, p. 34). Isso é nítido se pensamos como as sociedades se desenhavam em compartimentos no território africano invadido, conforme descrito em *Os condenados da terra*:

A cidade do colono é uma cidade sólida, toda de pedra e ferro. É uma cidade iluminada, asfaltada, onde os caixotes do lixo estão sempre cheios de vestígios desconhecidos, nunca vistos, nem sonhados. Os pés do colono não se vêem nunca, a não ser no mar, mas poucas vezes se podem ver de perto. Pés protegidos por fortes sapatos, apesar das ruas da sua cidade serem limpas, lisas, sem covas, sem pedras. A cidade do colono é uma cidade farta, indolente e está sempre cheia de coisas boas. A cidade do colono é uma cidade de brancos e de estrangeiros. A cidade do colonizado, a cidade indígena, a cidade negra, o bairro árabe, é um lugar de má fama, povoado por homens também de má fama. Ali, nasce-se em qualquer lado, de qualquer maneira. Morre-se em qualquer parte e não se sabe nunca de quê. É um mundo sem intervalos, os homens estão uns sobre os outros, as cabanas dispõem-se do mesmo modo. A cidade do colonizado é uma cidade esfomeada, por falta de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma cidade agachada, de joelhos, a chafurdar (FANON, 1961, p. 34).

---

<sup>5</sup> Quando usamos a categoria “complexo cartesiano” não fazemos aqui referência às regras do método cartesiano, mas ao procedimento de separar a alma e o corpo e não mais conseguir explicar como tais instâncias se comunicam.

Identificamos que a lógica artificialmente produzida para justificar esse regime busca promover um movimento que paulatinamente conduz o povo autóctone para a morte, intencionando a inércia das pessoas colonizadas tanto na dimensão corporal e biológica, como na dimensão cultural. A privação de meios básicos para o sustento da vida não mostra apenas uma ação operada em prol do impedimento do consumo de nutrientes básicos, mas também de tudo o que é atravancado em consequência da fome e do contexto social em que se vive.

A vitória do telefone árabe iniciou quando os revolucionários argelinos passaram a compreender, a tomar consciência do funcionamento do rádio e utilizar esse veículo de informação para o confronto organizado. É criada, então, em meados de 1956, a *Voix de l'Algérie combattante*, uma rádio organizada pelos/as argelinos/as<sup>6</sup> com a intenção de transmitir informações de origem não francesa.

*O argelino que deseja viver ao mesmo nível que a Revolução, finalmente tem a possibilidade de ouvir uma voz oficial, aquela dos combatentes, para lhe explicar o combate, lhe contar a história da Libertação em marcha, incorporá-lo, enfim, à nova respiração da Nação* (FANON, 2021, p. 693, grifos itálicos do autor).

Ao perceber isso, representantes da colônia francesa iniciaram um processo de sabotagem dos meios de informação da *Voix*. Se iniciou um empreendimento dedicado a inviabilizar a escuta das mensagens sobre os feitos africanos no campo de batalha. Ou seja, técnicos de rádio franceses não mediram esforços para fazer com que a transmissão argelina fosse continuamente interrompida por ondas de interferência, fazendo com que um ruído ominoso obstasse a compreensão. Tal foi a guerra das ondas ocorrida no meio do processo de conquista da independência da Argélia. Fanon narrou assim o acontecimento:

Aqui se situa um fenômeno suficientemente original para que ele retenha a nossa atenção. Os serviços técnicos franceses com muita experiência adquirida para a ocasião de guerras modernas, rompidos na prática da “guerra das ondas”, tinham rapidamente de localizar os comprimentos de onda do aparelho transmissor. Os programas foram, então, sistematicamente mexidos e, progressivamente, *la Voix de l'Algérie combattante* se tornou inaudível (FANON, 2021, p. 693).

Diante disso, “[u]ma nova forma de luta nasceu” (FANON, 2021, p. 693). As danificações promovidas pelas forças francesas causavam uma geral angústia na audiência argelina, sôfrega por novidades acerca dos/das combatentes libertários/as. Acreditamos que para a compreensão desse efeito danoso das iniciativas francesas, também convém a narrativa precisa, muito embora longa, do psiquiatra das Antilhas. Vejamos:

---

<sup>6</sup> Quando indicamos tanto o gênero masculino como o feminino no contexto do combate organizado, o fazemos com a consciência do papel das mulheres revolucionárias naquele contexto. No mesmo livro em que se encontra o texto de Fanon que tomamos como principal para este debate, encontramos considerações diversas sobre o papel das argelinas revolucionárias. É fato que elas pegaram em armas e, na contramão do que se poderia esperar naquele contexto social, as jovens combatentes também orgulhavam suas mães e seus pais ao regressar para casa. Sobre esse papel importantíssimo no contexto da luta pela independência, ver Kominek *et al.* (2017).

Os panfletos aconselharam os argelinos a se manter à escuta de maneira permanente durante duas ou três horas. Ao curso de uma mesma emissão, um segundo aparelho, emitindo em um outro comprimento de onda, transmitia a primeira estação de rádio com interferências. O ouvinte que foi incorporado na batalha das ondas percebia a tática do inimigo e de maneira quase física, muscular, enganou a estratégia adversária. Muitas vezes, somente o operador, de orelha colada contra o aparelho, tinha a chance inesperada de ouvir *La Voix*. Os outros argelinos presentes na sala recebem o eco daquela voz por intermédio do intérprete privilegiado que, desde o fim da emissão, é literalmente cercado. As questões precisas são, então, colocadas nessa voz encarnada. A assistência deseja se informar sobre tal batalha relatada pela imprensa francesa das últimas vinte e quatro horas e o intérprete, embaraçado, carregado de culpa, admite, por vezes, que *la Voix* não faz menção (FANON, 2021, pp. 693-694).

Se iniciou, após isso, uma iniciativa inovadora. Os poucos instantes possíveis de serem ouvidos pelos porta-vozes que foram escalados para ficar com a orelha colada no rádio foram divulgados pela vizinhança. Um breve trecho compreendido numa casa era costurado com a curta mensagem escutada na casa vizinha. Desses fragmentos de notícias foi tecida uma colcha. De boca em boca — ou *d'oreil à oreil*, fazendo uso literal das palavras de Fanon — o telefone árabe foi adaptado para o novo contexto tecnológico. Houve um período de tensão conseguinte da ausência de informações precisas,

[m]as, de um comum acordo, depois uma troca de opiniões, ocorre que *la Voix* se faz perfeitamente pronunciada sobre estes eventos, mas que o intérprete não apresentou as informações difundidas. Um verdadeiro trabalho de elaboração é, então, colocado em obra. Todo mundo aí colabora e as batalhas de ontem e antes de ontem são reconstruídas segundo o desejo profundo e a crença inabalável do grupo. O ouvinte atenua a característica fragmentária das novidades por uma criação autônoma de informação (FANON, 2021, p. 694).

O trabalho de reconstituição da informação por meio dos diversos fragmentos escutados indica um retorno da tradicional prática de divulgação de informações que ficou conhecida pela pejorativa expressão telefone árabe empregada por europeus. Foi essa iniciativa que resistiu aos esforços metropolitanos de obstar a disseminação de informações acerca da revolução. É por esse motivo que foi possível a observação do filósofo da Martinica de que “[o] europeu, depois de 1954, sabe que alguma coisa lhe é oculta. É o período no qual a velha expressão pejorativa telefone árabe adquire um significado quase científico” (FANON, 2021, p. 687). Tal foi o recurso tecnológico argelino que, se somando ao aparato técnico levado para aquela civilização pelos colonizadores, contribuiu para conservar o ânimo e a esperança daquele povo na luta pela libertação.

Longe de ser passiva, a adaptação argelina ao contexto tecnológico de seu tempo se deu nos moldes de uma genuína ação pensada. É nesse sentido que, conforme expressou Fanon (2021, p. 703), “[n]a Argélia, nunca houve, a bem dizer, em relação à rádio, a conduta

receptora, de adesão, de aceitação. Como um processo mental, assistimos, a partir de 1956, a *uma quase invenção da técnica*. Assim, como contraponto à necrotecnologia, o povo argelino propôs sua tradicional maneira de se expressar tecnologicamente na intenção de se libertar do regime que tinha interesse na inércia do povo autóctone.

### **Mbembe e os aspectos tecnológicos da necropolítica**

Mbembe propôs o conceito de necropolítica a partir da constatação da insuficiência do conceito de biopolítica de Foucault para compreender a situação política do mundo contemporâneo, sobretudo no Oriente Médio, no norte da África. O biopoder seria “aquele domínio da vida sobre o qual o poder estabeleceu o controle” (MBEMBE, 2018b, pp. 5-6). Contudo, Mbembe sugere que é preciso pensar a soberania “expressa predominantemente como o direito de matar” (MBEMBE, 2018b, p. 16).

Isso dialoga com o contexto do Brasil, na medida em que é possível perceber em intervenções militares em regiões periféricas com população predominantemente afrodescendente os efeitos dessa lógica. O direito de matar é permitido na medida em que, como observou Dantas (2021), os dispositivos legais em nada dificultam ações policiais violentas. O filósofo afro-brasileiro nos mostra, inclusive, como que, na contramão disso, tais dispositivos viabilizam ações policiais abusivas. Vejamos:

Desse modo, a morte deixa de ser uma ocorrência que pode ser evitada, mas funciona como uma engrenagem do necropoder racializando os espaços. Tais prerrogativas expõem vida e linguagem em uma relação intrínseca com a morte, sendo necessário ao soberano criar prerrogativas de segurança para que os agentes repressores do Estado atuem sem reproduzir falhas contra os próprios agentes (DANTAS, 2021, p. 287).

Ao pensar a necrotecnologia, Mbembe adota um itinerário que começa pela problematização da ideia romântica de soberania pensada na modernidade, ou seja, uma crença segundo a qual o sujeito “é o principal autor controlador do seu próprio significado” (MBEMBE, 2018b, p. 10). Em seguida, expõe a reflexão sobre o tema da morte de autores como Hegel (1770–1837) e Bataille (1897–1928). Contudo, o importante para o nosso interesse aqui é ressaltar a forma como Mbembe pensa o papel da tecnologia em um, por assim dizer, regime necropolítico. Reconhecemos que o tema não é muito abordado no interior do texto *Necropolítica*. No entanto, partimos da suspeita de que existe uma dimensão tecnológica no proscênio dos contextos em que a soberania opera a dominação, sobretudo se pensarmos essa obra em paralelo com a *Crítica da razão negra* (MBEMBE, 2018a).

Explicitamente, a tecnologia é mencionada de uma maneira muito indireta naquele texto, em uma relação com a noção de racismo segundo Foucault. Tal menção é feita quando Mbembe diz: “Com efeito, em termos foucaultianos, racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir exercício do biopoder, ‘este velho direito soberano de matar’” (MBEMBE, 2018b, p. 18). Essa passagem nos incita um questionamento prévio:

qual a relação entre tecnologia e racismo? Considerando a compreensão ampla de tecnologia que apresentamos acima, percebemos nitidamente essa relação. Trata-se de uma operação racional orientada a criar meios de justificar a prática do racismo e, por conseguinte, a dominação colonial e a violência que se pautam nisso. Por efeito da dominação, a potência vital do povo africano e afrodescendente é reduzida, pois a colonização opera com o intento de conduzir a expressão autêntica do povo colonizado à inércia.

Ainda que Mbembe tenha pautado sua argumentação em Foucault, notamos que Fanon forneceu ferramentas para pensarmos a relação entre tecnologia e um governo que decide quem vive e quem morre. O filósofo camaronês não só percebeu isso, como se utilizou das contribuições de Fanon na construção de seu ensaio, citando uma passagem de *Os condenados da terra* que recuperamos na seção anterior.

Destacamos isso considerando como Mbembe compreendeu que os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial (1939–1945) não foram tão surpreendentes se considerarmos o que se passou nas colônias. Assim como Fanon (2008), o filósofo parece pensar que o projeto de dominação ocorrido na Europa se tratava de uma aplicação de experiências já feitas com outros povos de fora daquele continente e que geraram estupor por terem acontecido no interior das civilizações acostumadas a dominar. Esse posicionamento de Mbembe fica nítido quando ele diz:

Se as relações entre vida e morte, política de crueldade e os símbolos do abuso tendem a se embaralhar no sistema de *plantation*, interessante notar que é nas colônias sob regime do *apartheid* que surge uma forma peculiar de terror. A característica mais original dessa formação de terror é a concatenação entre biopoder, o estado de exceção e o estado de sítio. A raça é, mais uma vez, crucial para esse encadeamento. De fato, sobretudo nesses casos que seleção das raças, proibição dos casamentos mistos, esterilização forçada e até mesmo extermínio dos povos vencidos foram testados pela primeira vez no mundo colonial. Aqui vemos a primeira síntese entre massacre e burocracia, essa encarnação da racionalidade ocidental. Segundo Arendt, existe uma ligação entre nacional-socialismo e imperialismo tradicional. A conquista colonial revelou um potencial de violência até então desconhecido. O que se testemunha na Segunda Guerra Mundial é a extensão dos métodos anteriormente reservados aos “selvagens” aos povos “civilizados” da Europa (MBEMBE, 2018b, pp. 30-32).

Nesse sentido, poderíamos propor que os acontecimentos que culminaram na Segunda Guerra Mundial, ou seja, no evento em que se fez um amplo uso de saberes tecnológicos com a intenção de exercer uma dominação caracterizada pela escolha de quem pode viver e quem pode morrer, tiveram seus antecedentes nas colônias que serviram como um laboratório para experimentação e refinamento dos artifícios tecnológicos propostos no intuito de conservar essa soberania. Desde a dominação colonial, sendo assim, os europeus fizeram dos corpos das pessoas colonizadas objeto de experimentação de seus artifícios tecnológicos pensados para a morte.

É interessante observar que nos contextos em que Mbembe fala da morte, ele não se restringe apenas à morte em sentido biológico ou fisiológico. Ele é explícito ao advertir na seção “Política, o trabalho da morte e o ‘devir sujeito’”: “Minha preocupação é com aquelas formas de soberania cujo projeto central não é a luta pela autonomia, mas ‘a instrumentalização generalizada da existência humana e a destruição material de corpos humanos e populações’” (MBEMBE, 2018b, pp. 10-11). O poder soberano, desde as chamadas colônias modernas até a colonização contemporânea, decide quem pode viver e quem pode morrer em sentido amplo, considerando os aspectos culturais de um povo. A vida autêntica passa a ser instrumentalizada, perdendo a capacidade de produzir meios para viver sem se submeter à lógica necropolítica. Em outras palavras, o poder soberano pode vir a exercer o direito de matar ou deixar viverem os saberes tecnológicos de um povo, se este for instrumentalizado. É característico dessa forma de gestão o pretensão poder de transformar a *Ars* em *Inars*, a ação em inação, a arte em inércia. Nesse sentido, a política de silenciamento das tecnologias cultivadas por certos povos também se trata de uma necropolítica. Por isso o epistemicídio, mencionado no início de nosso artigo, é um conceito que conversa com a necropolítica e a necrotecnologia.

É também nesse sentido que se pensou os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial como um prolongamento daquilo que se passou em colônias, já que nesses contextos foram colocados em prática artifícios relacionados com a linguagem para forjar uma “noção ficcional do inimigo” (MBEMBE, 2018b, p. 17), ficção esta que parece estar ensinando dispositivos de reconhecimento facial a enxergar corpos negros como indesejáveis. Ao que parece, essa noção tem sido um pressuposto para as práticas xenofóbicas que presenciamos no contexto hodierno<sup>7</sup>. Identificamos nisso uma tecnologia, uma intenção de anulação da *Ars* dos/as considerados/as inimigos/as.

O exercício do poder por parte do soberano é a tal ponto aniquilador da possibilidade criativa, artística e tecnológica que, segundo Mbembe, poderíamos pensar que tal soberania opera constantemente em estado de exceção. Nesse constante estado de sítio a soberania cria as regras, exercendo o oposto da inércia com a intenção de promover a inércia. Sobre o exercício de criar as regras, diz Mbembe (2018b, p. 36):

Por todas essas razões, o direito soberano de matar não está sujeito a qualquer regra nas colônias. Lá, o soberano pode matar a qualquer momento ou de qualquer maneira. A guerra colonial não está sujeita a normas legais institucionais. Não é uma atividade condicionada legalmente. Em vez disso, o terror colonial se entrelaça constantemente com um imaginário colonialista, caracterizado por terras selvagens, morte e ficções que criam efeito de verdade.

---

<sup>7</sup> Algo válido a acrescentar aqui é a existência de aparelhos legais que não apenas dificultam a sobrevivência de povos imigrantes e, por vezes, refugiados no contexto da França, mas também prescrevem medidas legais para punir qualquer cidadão francês que se propuser a ajudar uma pessoa imigrante que venha a precisar de abrigo. A filósofa Senda Sferco (2019) analisou com acuro essa situação, em um artigo em que se debruça sobre o chamado “crime de solidariedade” que o “Conselho constitucional francês” tem buscado revogar evocando o princípio de fraternidade defendido no contexto da Revolução Francesa. Em artigo intitulado “Modes de subjectivation et pratiques de liberté autour du ‘Délit de solidarité’” (2019), ela menciona o ativista Cédric Herrou, que já foi condenado à prisão por ajudar pessoas estrangeiras.

A ficção, ou antes, a fantasia criada modifica efetivamente as vidas. Uma fantasia que instrui um dispositivo a reconhecer o rosto negro como suspeito de delito, modifica a vida de quem porta esse rosto na medida em que condiciona esse corpo a viver como um suspeito em determinado meio. A ação de fantasiar um mito de origem segundo o qual conhecimentos científicos passaram a se fazer realidade apenas quando pessoas europeias inventaram a ciência condiciona vários corpos a viver sem referências acerca de saberes advindos de fora da Europa. É por esses motivos que pensamos na possibilidade de contribuir para os estudos acerca do exercício soberano de poder com o conceito de necrotecnologia — não para acusar uma insuficiência do conceito de necropolítica, mas para oferecer um complemento daquilo que é compreendido como colocado no proscênio de uma gestão que submete as pessoas ao *status* de mortos-vivos, como sugere Mbembe (2018b, p. 71):

Propus a noção de necropolítica e necropoder para dar conta das várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, as armas de fogo são dispostas no interesse da destruição máxima de pessoas e da criação de “mundos de morte”, formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o status de “mortos-vivos”.

O aparato crítico, se assim podemos chamar, de policiais que agem com truculência em “ações pacificadoras” parece estar configurado para olhar os corpos afrodescendentes como corpos inimigos. A consequência disso é “[u]m extermínio justificado pela imagem do inimigo e sua ameaça aos valores civilizacionais” (DANTAS, 2021, p. 287). Talvez antes mesmo de sabermos de máquinas programadas para “olhar” corpos de pessoas pretas com suspeita, tenhamos experienciado essa experiência em seres humanos que operam para a promoção do extermínio de pessoas que habitam em regiões periféricas no Brasil. De certo modo, isso se estende para as intervenções pedagógicas que não reconhecem a existência de conhecimentos africanos na cultura em que vivemos, pois desse apagamento resulta um obstáculo para a condução de uma vida com base em paradigmas outros que não os eurocêntricos. No proscênio de tudo isso, opera a necrotecnologia. Sua mais explícita consequência é percebida em aparatos tecnológicos que reproduzem uma lógica destrutiva que se coloca em ação em favor da colonização.

Reconhecemos essa preocupação em Mbembe, ao observar como o filósofo aborda a questão das intervenções técnicas por meio de manipulação genética. Ele relata, em *Crítica da razão negra* (2018a), como o uso da tecnologia foi decisivo nas práticas eugenistas dos séculos XIX e XX. Além disso, acrescenta a constatação de que, orientando-se por essa tendência, é possível que, em um futuro próximo, a extinção de certos traços étnicos ocorra por intervenção técnica. Depois de tratar das estratégias pensadas com intento eugenista mediante um ideal de biologização característico do século XIX, Mbembe alerta de sua preocupação com os tempos hodiernos:

Acontece o mesmo com as diferentes formas de manipulação dos seres vivos e de hibridação de elementos orgânicos, animais e artificiais. Com efeito, nada impede

que, num futuro mais ou menos distante, as técnicas genéticas sejam utilizadas para fazer o manejo das variedades populacionais e descartas, por meio da seleção de embriões trissômicos ou pelas vias da terimorfia (hibridação com elementos animais) ou da “ciborguização” (hibridação com elementos artificiais), as raças consideradas “indesejáveis” (MBEMBE, 2018a, p. 49).

E completa:

Tampouco está fora de questão que se chegue um ponto em que o papel fundamental da medicina já não seja apenas o de restaurar a um estado de normalidade o organismo destruído pela doença, mas em que o ato médico passe a remodelar, num processo de engenharia molecular e em função de determinismos raciais, a própria vida. Raça e racismos não pertencem, portanto, somente ao passado. Têm também um futuro, especialmente num contexto em que a possibilidade de transformar os seres vivos e de criar espécies mutantes já não emana unicamente da ficção (MBEMBE, 2018a, p. 49).

Vemos, com isso, a preocupação com a intervenção técnica tentada a promover a paulatina extinção de vestígios humanos que não atendam certos critérios de adequação. Portanto, é possível visualizar a possibilidade de uma intervenção técnica em prol da manutenção e do recrudescimento dos efeitos de um ideal racista na sociedade. A intervenção em si acaba sendo a consequência final de um princípio lógico que opera segundo um critério de escolha, tomando como base a noção consequente do fato de que “[o] branco incita-se a assumir a condição de ser humano” (FANON, 2008, p. 25). De maneira explícita, ou um tanto camuflada, parece haver um esforço para obstar a vida de pessoas não brancas a partir de um ideal colonizador cujas implicações ainda são presentes. A preocupação necrotecnológica se coloca, assim, como uma dimensão da necropolítica, nos auxiliando na forma de um complemento para compreender esse conceito.

## Conclusão

Sem deixar de dialogar com Fanon, Mbembe (2018b) sugeriu o conceito de necropolítica. Ele discute os meios pelos quais uma instância de poder não deixa alternativa outra para o seu povo que a inclinação para a morte. Isso fica nítido quando, ao final do ensaio *Necropolítica*, ele menciona as pessoas que se prontificam a anexar bombas no próprio corpo no intento de conter, por meio do uso da força, os dispositivos opressores que se impõem.

Reconhecendo isso, propomos o conceito de necrotecnologia, não buscando corrigir o conceito de Mbembe, tampouco com a intenção de contrapô-lo, mas para indicar a amplitude do mesmo, com o enfoque voltado para a dimensão tecnológica da operação colonial e suas implicações. A dimensão tecnológica é encontrada no uso da linguagem, na disposição urbana de regiões, na operação técnica para *hackear* ondas de rádio e evitar que o projeto colonizador de disseminação de falsas notícias fosse interrompido, no treino de

policiais para, tal qual o aparato de reconhecimento facial, mirar para matar corpos com fenótipos negroides e, por fim, na operação genética. Essa dimensão tecnológica parece estar em relação com a operação de aparatos de reconhecimento facial, a consolidação de uma forma de julgar o potencial de estudantes pretos/as e suas narrativas.

Trata-se de uma dimensão tecnológica, na medida em que é uma dimensão criativa, uma ação (*Ars*) para a produção da inércia. Mesmo não se tratando da morte em sentido estrito, é um tipo de morte que se propõe a interceptar aquilo que se coloca em potência de ser. Observamos isso nos esforços das forças coloniais francesas que se instalaram na Argélia no século passado, sobretudo na forma como elas buscavam obstar o sinal de rádio transmitido por revolucionários. Na contramão disso, o telefone árabe operou como tecnologia eficaz, muito embora privada de artefatos construídos para auxiliar a transmissão das informações — uma tecnologia local que teve de ser revisitada para represar o esforço em intentado à morte e promover a vida. Nesse sentido, a ação foi efetuada em prol da ação, para a manutenção e continuidade da mesma. A *Ars* foi feita em prol da *Ars*, evitando a *inars*.

Como consideração final, podemos acrescentar o evento da pandemia de Covid-19 como ocorrência que ilustra como a necrotecnologia se manifesta. Eventos de significativos danos às pessoas mais pobres, em sua maioria pretas, que tiveram como resposta o descaso do Estado. Isso ficou notável na indisposição para buscar recursos que pudessem dar alento ao público mencionado, revelam como a necrotecnologia se faz atual. A *notícias falsas* em relação aos mais diversos tipos de tratamento precoce da Covid-19<sup>8</sup>, amplamente disseminadas, também apontam como meios de disseminação de informação podem oferecer riscos, se utilizados segundo uma lógica contra a vida. Tais foram alguns pressupostos que mobilizaram a reflexão em torno do conceito de necrotecnologia, que pode ser aprofundado ainda mais em trabalhos futuros.

**Jeferson da Costa Vaz** é Doutorando em filosofia no Dottorato in Scienze Umane dell'Università degli Studi di Ferrara (UniFE, Itália) e no Programa de Pós-graduação em Filosofia (PPGF) da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), mestre pelo PPGF/PUCPR e licenciado em filosofia pela mesma universidade. É membro do Grupo de Pesquisa Filosofia da Psicanálise da PUCPR.

---

<sup>8</sup> Sobre esses dados, é válido consultar o relatório da chamada CPI da Covid.

**Bibliografia**

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- BRASIL. Senado Federal. **Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito (Instituída pelos Requerimentos nº 1371 e 1372)**. Brasília: Senado Federal, 2021. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/mnas?codcol=2441&tp=4>
- CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- DANTAS, Luís Thiago Freire. “À cabeceira do Estado jaz o crânio de um parente morto”: a figura do soberano em território necropolítico. **Griot: Revista de Filosofia**, v. 21, n. 1, p. 283-300, 2021.
- FAUSTINO, Deivison Mendes. **Frantz Fanon: um revolucionário particularmente negro**. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2018.
- FANON, Franz. Aqui a voz da Argélia... **Rev. Fil. Aurora**, Curitiba, v. 33, n. 59, p. 677-704, mai-ago, 2021.
- FANON, Franz. **Os condenados da terra**. Lisboa: Ulisseia, 1961.
- FANON, Franz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- KOMINEK, Andrea Maila Voss; QUELUZ, Gilson Leandro. QUEIROZ, Ivo Pereira de. Mulheres argelinas revolucionárias e mulheres negras brasileiras universitárias: aproximações emancipadoras. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, Curitiba, v. 10, n. 35, p. 25-39, 2017.
- MAGNO, Madja Elayne da Silva Penha; BEZERRA, Josenildo Soares. Vigilância negra: dispositivo de reconhecimento facial e a disciplinaridade dos corpos. **Revista Novos Olhares**, São Paulo, v. 9, n. 2, 2020.
- MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: Editora n-1, 2018a.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: Editora n-1, 2018b
- NASCENTES, Antenor. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, Livraria Francisco Alves, Livraria São José e Livros de Portugal, 1955.
- SFERCO, Senda I. Modes de subjectivation et pratiques de liberté autour du « Délit de solitarité ». **Rev. Fil. Aurora**, Curitiba, v. 31, n. 52, p. 51-73, 2019.

**Como citar:**

VAZ, Jeferson da Costa. A necrotecnologia como uma dimensão da necropolítica: Entre Fanon e Mbembe. *Revista Metaxy*, Rio de Janeiro, PPDH/NEPP-DH/UFRJ, v. 4, n. 1, p. 83-96, 2023. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/metaxy>